

RELIGIÕES: RESPEITO, CULTURA E DIVERSIDADE¹

Jeane J. Santos²

Jose Cardoso Lima³

Lélia Alves⁴

Lívia Barreto de Castro Barros⁵

Luiz Carlos Ramos de Oliveira⁶

Rosemary Ferreira Miguez⁷

RESUMO

O objetivo deste trabalho é discutir com os alunos a intolerância religiosa praticadas na unidade escolar (CECBA) Claudionor Batista, no Monte Recôncavo, São Francisco do Conde – BA, com o propósito de não só combater, mas desenvolver o respeito religioso entre eles. Este artigo surge a partir de uma experiência negativa vivenciada pela professora da disciplina Projeto de Vida, na turma de aceleração de 5ª e 6ª séries na referida escola. No episódio citado acima, a docente foi agredida com palavras de cunho agressivo pelo aluno, ao revelar suas práticas religiosas candomblecista.

Palavras-chave: Discriminação religiosa - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA).
Liberdade religiosa - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA).

ABSTRACT

The main goal of this project is to expose and discuss with the students the variety of religions in CECBA, with the purpose of not only fight against religious intolerance, but also develop mutual religious respect. This article comes up with a negative experience lived by an Arts teacher in the School Claudionor Batista, located in Monte Recôncavo, São Francisco do Conde-BA. The teacher was attacked with aggressive words by a student when she revealed that her religion was Candomblé.

Keywords: Religious discrimination - Monte Recôncavo (São Francisco do Conde, BA). Religious freedom - Monte Recôncavo (San Francisco do Conde, BA).

¹ Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao curso de Aperfeiçoamento em Políticas de Igualdade Racial no Ambiente Escolar - UNIAFRO, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB), sob a orientação do Prof. Dr. Carlindo Fausto Antonio.

²⁻⁷ Estudantes do curso de Aperfeiçoamento UNIAFRO pela UNILAB.

1 INTRODUÇÃO

Discutir sobre a temática das religiões de matrizes africanas no ambiente escolar tem sido substancial na contribuição para o fim da intolerância religiosa, do preconceito e do desconhecimento sobre a contribuição dos negros para a formação dos valores da sociedade brasileira como nação. O desconhecimento, a rigor, uma ignorância pré-estabelecida (ANTONIO, 2015) encontra, muitas vezes, suporte na história oficial que oculta, nos livros de didáticos e na historiografia, o significado e a extensão dos legados civilizatórios e dos processos de luta dos negros (as).

Considerando esta realidade e a aplicação da Lei 10.639/2003, surgem questionamentos em busca de respostas sobre o porquê de haver tanto preconceito e repulsa das tradições religiosas afro-brasileiras. É exemplar, dentro desses limites, o fato ocorrido no Centro Educacional Claudionor Batista. Aliás, o acontecimento foi detonador de um posicionamento crítico e pedagógico da unidade escolar.

Foi a partir do relato da professora candomblecista e da sua experiência em sala de aula, que a comunidade escolar apresentou, depois de discussão e de orientação teórica e prática, uma resposta no âmbito curricular e, especialmente, conectada ao cotidiano dos alunos (as) e dos professores (as). O fato já relatado, embora lastimável, acontece frequentemente no cotidiano escolar. Não é por outra razão que muitos docentes e discentes, por constrangimento, não declaram sua religião, notadamente aqueles e aquelas que são iniciados no candomblé e na umbanda. O medo de sofrer preconceito e discriminação é um fator inibidor da construção identitária referenciada nas religiões dos povos de terreiro; é também instrumento efetivo para a exclusão do ponto de vista do cotidiano e das elaborações intelectuais e pedagógicas.

Além da exclusão nos currículos, muitos dos praticantes do candomblé, da umbanda e das religiões aparentas não declaram o seu pertencimento. A propósito,

Quando se trata das religiões afro-brasileiras, o censo oferece cifras subestimadas de seus seguidores. O que se deve às circunstâncias históricas nas quais essas religiões surgiram no sec. XIX, quando o catolicismo era a única religião tolerada no país, a religião oficial e a fonte básica de legitimidade social. (Pierucci e Prandi, 1996)

Os adeptos do candomblé, umbanda e religiões aparentadas, desde o início buscaram através do sincretismo religioso uma forma de se proteger e cultivar suas tradições religiosas. O sincretismo é, portanto, uma estratégia, pois a umbanda e o candomblé eram religiões proibidas e perseguidas por órgãos oficiais.

O catolicismo durante muito tempo era a única religião aceita no Brasil. Neste contexto, todos se diziam católicos como forma de legitimação social, inclusive os escravos que cultivavam os rituais de seus ancestrais e os sacramentos da igreja católica. (Pierucci e Prandi, 1996)

Hoje, seus maiores perseguidores são as igrejas denominadas pentecostais e neopentecostais, que agredem com forte preconceito, com aparato econômico, com programas de comunicação de rádio e especialmente televisivo, as religiões de matriz africana. É dentro deste contexto que se insere a atitude do aluno em relação à professora. A bem da compreensão do problema, a atitude do aluno é o reflexo dessa realidade. Como cita Mariano:

[...] é sabido como muitas igrejas neopentecostais têm crescido às custas das religiões afro-brasileiras, sendo que para uma de suas mais bem sucedidas versões, a Igreja Universal do reino de Deus, o ataque sem trégua ao candomblé e a umbanda e a seus deuses e entidades é constitutivo de sua própria identidade. (Mariano, 1999).

A escola é o espaço para o saber sistematizado e tem um papel fundamental na vida dos alunos (as), dos docentes e da comunidade próxima e mais ampla. Ela contribui, às vezes decisivamente, para seu crescimento, para a organização dos processos cognitivos e, ao mesmo tempo, é valiosa a sua contribuição no aprimoramento do intelecto e do resgate dos valores humanos. Contudo, ainda assim, para abordar em sala de aula as religiões do “sistema umbanda e candomblé” (ANTONIO, 2015, p.34.) se faz necessário um programa político pedagógico que esteja amparado na LDB (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional); das Leis 10.639/03, 11.645/08, que auxiliem no trabalho escolar contribuindo para a formação do conhecimento, do sentimento de pertença do ser negro para o exercício do respeito.

O respeito tem por base o artigo 5º da Constituição Federal de 1988, que assegura a qualquer cidadão, inclusive profissionais da educação, no Título II

Capítulo I – Dos Direitos e Garantias Fundamentais. DOS DIREITOS E DEVERES INDIVIDUAIS E COLETIVOS:

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....

VI - é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias;

VII - é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva;

VIII - ninguém será privado de direitos por motivo de crença religiosa ou de convicção filosófica ou política, salvo se as invocar para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei;

Desse modo, o artigo Religião: conhecer para respeitar tem como objetivo mostrar, através da aula interventiva, a importância do respeito às religiões agrupadas pelo sistema umbanda e candomblé. A turma de aceleração (5ª e 6ª) será atendida pelo projeto, mas a discussão de caráter interventivo terá alcance geral, ou seja, atenderá ao Centro Educacional Claudionor Batista.

Antônio (2015) defende a ideia de uma aproximação do universo simbólico da religiosidade e... de modo geral os valores africanos são estruturantes desta matriz e devem ser trabalhados como elementos de pertença ao negro.

Projetos dessa natureza apontam caminhos para a superação do preconceito e intolerância no âmbito do processo de ensino e aprendizagem. A intervenção teve como ponto de partida e de chegada a constatação do preconceito, da intolerância e da ignorância construída política e ideologicamente.

Segundo Nascimento (2015) é a intolerância aprendida, onde grande parte das religiões que não tem em suas práticas influências africanas, radicaliza o conceito de única verdade em seus púlpitos e altares, catequizando seus fiéis.

Emerge, a partir do exposto até aqui, a necessidade do fazer pedagógico, que valorize o pluralismo religioso e estimule os educandos e educadores a conhecer e valorizar os estudos e não pregação religiosa, quaisquer que sejam as orientações.

2 A SALA DE AULA UM ESPAÇO DE RESPEITO E CONVIVÊNCIA

A escola deve oferecer educação de qualidade, criar condições para que todos desenvolvam sua capacidade de aprendizagem, melhorar a qualidade de ensino, criar necessidades de mecanismo de participação que realizem o compromisso de todos. Pois segundo a LDB 9394/1996 diz:

Art. 3º O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

....

II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento,

a arte e o saber;

III – pluralismo de ideias e de concepções

pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;

.....

XI – vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as práticas sociais.

XII – consideração com a diversidade étnico-racial.

A escola onde o projeto foi desenvolvido está de acordo com este artigo, sobretudo no tocante aos itens II, IV e XII, haja vista está inserida em uma comunidade remanescente quilombola, que também recebeu o selo da Fundação Palmares pelo seu Projeto Político Pedagógico que é fundamentado na educação étnico-racial, conforme as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola: algumas informações da Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação (CNE) Brasília – DF/ 2011.

A educação escolar quilombola deve ter como referência valores sociais, culturais, históricos e econômicos dessas comunidades. Para tal, a escola deverá se tornar um espaço educativo que efetive o diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local, valorize o desenvolvimento sustentável, o trabalho, a cultura, a luta pelo direito à terra e ao território. Portanto, a escola precisa de currículo, projeto político-pedagógico, espaços, tempos, calendários e temas adequados às características de cada comunidade quilombola para que o direito à diversidade se concretize. Essa discussão precisa fazer parte da formação inicial e continuada dos professores. (CNE) Brasília – DF/ 2011.

Isto reforça o compromisso da escola com o currículo de educação quilombola através do “diálogo entre o conhecimento escolar e a realidade local”,

garantindo assim o direito a diversidade e como este diálogo é contínuo entre alunos e professores o artigo supra citado se faz fruto desta discussão de respeito e convivência.

ANTONIO (2015) corrobora com a necessidade de descolonização do currículo quando diz que: Os currículos estão na estrutura do mundo e também nas coisas, nas pessoas e nas corporeidades. É assim que a história do currículo se faz. E ainda afirma:

No processo de descolonização dos currículos é vital salientarmos que os estabelecimentos de ensino, no âmbito do território brasileiro não tem incorporado nas suas sistematizações cotidianas o sistema cultural negro brasileiro e africano. (Antonio, 2005, p. 6)

No cotidiano escolar o professor tem que ser eficaz na ação educativa transformadora, numa sala de aula diante de uma situação que o desafia a discutir, a estudar as religiões após uma reação de desrespeito e “cercada” de preconceito religioso. Isso o torna “... um autêntico educador: um forjador de consciência, um difusor de valores, um modelo de atitudes e compromisso, um formador de cidadão” (Costa, 2001, p.9). Tendo que re-significar, ou seja, revestir de valor uma temática que se diferencia em cada aluno de acordo com a religião a qual participa: candomblé, católica, pentecostais, (dados da pesquisa feita na turma da aceleração).

O professor “...mais do que um simples cidadão, é um cidadão produtor de cidadania...” (Costa, 2001, p.31), tendo que tornar a sala de aula em um ambiente de cooperação em que tenham a capacidade de si colocar no lugar do outro, que aprendam a ter atitudes de respeito em situações vivenciadas por eles, sobretudo nas questões relacionadas a religiosidade.

Delors garante que na educação contemporânea:

... deve organizar-se em torno de quatro aprendizagens fundamentais que, ao longo da vida, serão de algum modo para cada indivíduo, os pilares do conhecimento: *aprender a conhecer*, isto é adquirir os instrumentos de compreensão; *aprender a fazer*, para poder agir sobre o meio envolvente; *aprender a viver juntos*, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente *aprender a ser*, via essencial que integra as três precedentes. (DELORS, Jacques, 2003 pg's. 89-90).

Devido ao fato ocorrido em sala de aula, já citado, tornou-se necessário estabelecer relações e regras de convivência no ambiente educacional. O Pilar

Aprender a Viver Juntos nos dá subsídios teóricos na prática educativa, no sentido de buscar harmonia e respeito às diferenças no convívio escolar assim como “aprender a conhecer” torna-se necessário para que este convívio seja de compreensão e respeito as crenças individuais, sendo “ o agir sobre o meio”, a próxima via dos conhecimentos adquiridos. Tornando o individuo um ser que diante das diferenças constrói o respeito às escolhas do outro.

Delors (2003) ainda acrescenta: É de se louvar a ideia de ensinar a não violência na escola, mesmo que apenas constitua um instrumento, entre outros, para se combater os preconceitos geradores de conflitos.

Concordando com Delors, percebeu-se a falta de conhecimento dos discentes sobre respeito e tolerância religiosa, Sendo assim foi realizada uma aula interventiva com o objetivo de despertar o interesse do aluno em pesquisar, conhecer e compreender as diversas práticas religiosas presentes na turma. Partindo do princípio de Philipp Perrenoud em as 10 Novas Competências Para Ensinar: “envolver os alunos em atividades de pesquisa, em projetos de conhecimento” (PERRENOUD, 2000, p.36).

O projeto de pesquisa só irá funcionar se de fato o aluno demonstrar interesse, em saber, conhecer enigmas que tenham significado e coerência em sua vida. Por isso foi organizado um plano de aula voltado para a pesquisa interventiva, para que os mesmos tivessem pertencimento do assunto abordado: intolerância religiosa e, de forma instigadora e prazerosa pudessem confrontar dados, pesquisar e tirar conclusões sobre o tema.

...O mais importante permanece implícito: uma sequência didática só se desenvolve se os alunos *aceitarem a parada* e tiverem realmente a vontade de saber...

... Para que aprendam, é preciso envolvê-los em uma atividade de uma certa importância e de uma certa duração, garantindo ao mesmo tempo uma progressão visível e mudanças de paisagem, para todos aqueles que não tem vontade obsessiva de se debruçar durante dias sob um problema que resiste.(Perrenoud, 2000, p.147),

Sobre a problemática do preconceito ocorrido em sala de aula Perrenoud também argumenta que a dificuldade de lutar contra os preconceitos e as discriminações sexuais, étnicas e sociais está na formação do aluno, principalmente a familiar e social quando escreve:

Nenhum aluno é uma tábua rasa, neste domínio ainda menos do que no campo dos saberes disciplinares. Há, em cada classe alunos educados no sexismo ou no racismo, que veiculam estereótipos ouvidos desde a mesma tenra infância, e também crianças mais tolerantes pelo fato de sua condição social e de sua família favorecerem essas atitudes.

A unidade de ensino pesquisada tem contribuído neste processo de descolonização do currículo, nas relações de convivência e busca de respeito mútuo, com projetos que procuram explicitar e aprimorar os conhecimentos dos professores e alunos.

Desde o nascimento as crianças são ensinadas pelas famílias, escola e Estado a lutar e defender a superioridade de sua religião, mesmo que tenham que se envolver em conflitos. É preciso refletir acerca dessa problemática e compreender que toda e qualquer religião precisa ser respeitada, independente de concordar ou não com suas práticas.

3 PRÁTICAS INTERVENTIVAS NA SALA DE AULA

A partir de um fato de desrespeito a religião ocorrido em sala de aula entre um educando e a professora da disciplina Projeto de Vida, no Centro Educacional Claudionor Batista que possui 453 alunos com faixa etária entre 10 e 17 anos, 2 pavimentos e 6 salas de aula, a escola conta com 4 turmas das 6ª séries, 2 turmas do 6º ano, 3 turmas da 7ª séries e 2 turmas da 8ª series e uma turma de aceleração (5ª e 6ª) series.

Sendo a turma de Aceleração (5ª e 6ª série) composta de 31 alunos (26 do sexo masculino e 5 do sexo feminino) com faixa etária variando de 12 a 17 anos, na data da matrícula. Tendo como proposta pedagógica uma educação étnico-racial, com qualidade visando à formação do cidadão, com caráter, para exercer sua cidadania dentro da comunidade, fez-se necessário tratar do assunto Religiões com uma metodologia interventiva na referida turma.

A pesquisa interventiva tem uma forte influência da pesquisa-ação e pesquisa participante, mas, diferentemente delas, enfatiza os aspectos psicológicos tanto na aplicação da proposta quanto no conhecimento dos participantes, nas relações que são estabelecidas entre participantes e pesquisadores e também na compreensão, análise e exposição do conhecimento produzido. (BAPTISTE,NOGUCHI,CALLIL,2015)

Diante disso foi realizado com a professora da turma um plano de aula executado pela disciplina: Projeto de Vida. Tendo em vista as expectativas de aprendizagem sobre respeito as religiões. Foram trabalhados os seguintes tópicos: Conceito de Religião definido por Madza Edemir e as Religiões e suas características. Com objetivos de que os educandos tenham conhecimento sobre as religiões no tocante a suas origens, formas de culto, crenças; contexto histórico em que são inseridas ou surgem no Brasil; que possam discutir sobre o assunto de forma respeitosa e harmoniosa sem sobrepor dogmas e ideologias que permeiam as religiões.

O planejamento inicial das aulas foram para duas horas/aulas porem ocorreram em três horas/aulas, devido a necessidade de concluir o painel e o interesse na discussão do tema pelos educandos.

As aulas interventivas tiveram como objetivos específicos: saber da existência das diversas religiões que temos no país; conhecer as religiões praticadas pelos educandos da turma; compartilhar sobre as religiões que praticam com colegas e professores; respeitar as diferentes religiões, sobretudo aquelas que eles desconhecem, neste caso as religiões de matriz africana; dialogar com propriedade e respeito sobre as religiões estudadas em diversos espaços.

A sequência didática, no primeiro momento: foi feita com a leitura sobre o conceito de religião e conversas em sala de aula sobre as existentes no nosso país, cada educando foi motivado a compartilhar com a turma sua religião, ou a religião que simpatiza. No segundo momento: foi feito oralmente com todo o grupo a pesquisa diagnóstica ou mapeamento sobre as religiões praticadas por cada educando, percebeu-se predominância de três religiões praticadas pelo grupo: Catolicismo, Candomblé e Protestantismo, sendo esta última praticada pela maioria.

No terceiro momento: a turma foi subdividida em quatro grupos e foi solicitada uma pesquisa, sendo que dois grupos escolheram falar sobre o Catolicismo, no entanto as informações sobre as três religiões circularam, para que todos tivessem acesso a parte escrita original sobre as religiões praticadas pelos

educandos da turma, utilizando diversos textos de livros e sites, para que os mesmos pudessem com os conhecimentos já adquiridos em sua religião, confrontar dados e selecionar informações sobre cada religião pesquisada. Quarto momento: fizeram a interpretação do texto, “As grades” da autora Vera Passos, relacionando-os com as questões sociais, o respeito e a dignidade humana.

No quinto momento: foi feita a construção do painel com um grande Portal e dentro dele agregou várias outras portas menores de cada religião praticada pelos alunos, partindo da ideia de que cada religião tem uma porta de ligação com o divino, Assim, de forma simbólica a grande Portal significou o “Re-Ligare” e as pequenas portas a re-ligação com o sobrenatural que cada grupo de pessoas escolhe para manter esta relação com o divino. As cores utilizadas também foram discutidas em sala, e a cor azul pela ideia de céu, a cor verde que representa a esperança no senso comum, foram eleitas para a moldura das portas pequenas, onde foram inseridas as informações específicas sobre cada religião. E no sexto momento: a apresentação para toda comunidade escolar, do Painel Portal das Religiões, na Festa Literária na semana da Consciência Negra.

A avaliação ocorreu de forma processual e contínua sendo avaliada a participação, o interesse, a relação de grupo na concretização das atividades, como também: a construção do painel com as religiões praticadas pelos educandos; a apresentação oral da pesquisa sobre As Religiões praticadas pela turma; a escrita e oralidade sobre religião, respeito e bons costumes individualmente.

4 CONCLUSÃO

A problemática que surgiu na sala com cunho carregado de violência e agressividade a uma docente pela falta de conhecimento sobre a diversidade religiosa praticada pelo aluno da turma de aceleração, motivou o planejamento de uma aula interventiva com o tema Religiões: Conhecer para Respeitar.

O estudo e a pesquisa sobre as diferentes religiões praticadas pelos discentes possibilitou a construção do Painel, retratando a diversidade religiosa, disseminando o respeito e o senso cultural crítico aos mais diferentes seguimentos religiosos.

A ação educativa resignificou conceitos e conhecimentos relacionados com vivências do cotidiano dos discentes para que desta forma discutam com propriedade e respeito sobre as religiões estudadas em diversos espaços, internos e/ou externos ao ambiente escolar.

REFERÊNCIAS

ANTONIO, Carlindo Fausto. As noções textuais de negrura da série Cadernos Negros. A rede encruzilhada de adesão a cosmogonia negra e os lugares das noções textuais da negrura.

_____, Descolonização do currículo escolar. 2005

ARMSTRONG, Karen. Em nome de Deus- o fundamentalismo no judaísmo, no cristianismo e no islamismo. Companhia de Letras, 2001.

BASTIDE, Roger. O candomblé da Bahia: Rito Nagô. 2ª edição. ed. brasileira: São Paulo, 1978

BOFF, Leonardo. Saber Cuidar: ética DO HUMANO – COMPAIXÃO PELA TERRA/ Leonardo Boff. – Petrópolis, RJ; Vozes, 1999.

Constituição da República Federativa do Brasil de 1988

CORTELA, Mário e RIBEIRO, Sergio Renato Janine. Política para não ser idiota. ed. Papyrus: Rio de Janeiro, 2009

Costa, Antônio Carlos Gomes da, O Professor como Educador, Salvador, Fundação Luis Eduardo Magalhães, 2001.

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

Lei Contra Intolerância Religiosa – 11.635/07

DELORS, J. Educação: um tesouro a descobrir. 2ed. São Paulo: Cortez Brasília, DF: MEC/UNESCO, 2003

DUROZOI, G. e ROUSSEL, A. Dicionário de Filosofia. Tradução de Marina Appenzeller. Campinas, SP: Papyrus, 1993.

EDMIR, Madza. Pele Escura, Estrada Dura, Beleza Pura – Desconstruindo o Rascunho nas Escolas e na Comunidade. Cecip, Fundação de Cultura Palmares, Fundação Ford.

MARTINELLI, Marilu. Aulas de transformação: o programa em educação de valores

humano/Marilu Martinelli. – São Paulo: Peirópolis,1996

MARIANO, Ricardo. Neopentecostais. São Paulo: Loyola, 1999 NASCIMENTO, Vladimir de Souza. Diferenças . Olinda: Livro Rápido, 2015.

OLIVEIRA, Antonio. Cosmovisão africana no Brasil: Elementos para uma filosofia afrodescendente. ed. LCR:Fortaleza, 2003

PASSOS, Vera: Revista ARTPOESIA número 64. Salvador, 2012

PERRENOUD, Philippe, 10 Novas Competências para Ensinar, Porto Alegre, Ed. Artmed, 2000.

PIERUCCI, Antonio Flávio e PRANDI, Reginaldo. A realidade social das religiões no Brasil. São Paulo: Hucitec, 1996

SCHOMMER, Aurélio. Cor e fé: uma história da África na Bahia/Aurélio Schommer. – ilustrações de Sidney Falcão – 1.ed. ver. – Itabuna: Via Litterarum, 2011.

VALENTE, Ana Lúcia E.F. Ser negro no Brasil hoje. 14ªedição. ed. Moderna: São Paulo, 1994

<http://www2.camara.leg.br/documentos-e-pesquisa/publicacoes/edicoes/paginas-individuais-dos-livros/lei-de-diretrizes-e-bases-da-educacao-nacional - 06/12/15>.

<http://psicolatina.org/Siete/pesquisa.html> . Acessado em 06/112015

<http://dx.doi.org/10.1590/S0103-40142004000300002> Dossie religioes no Brasil. Estudos avançados vol. 18 nº52, São Paulo sept/dec.2004. Acessado em 26/10/2015
[http:// revistanovaescola.com/religiões](http://revistanovaescola.com/religiões). Acessado em 19/10/2015